MARINHA DO BRASIL

COMANDO DO SÉTIMO DISTRITO NAVAL

CAPITANIA FLUVIAL DO ARAGUAIA TOCANTINS

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TJIL Nº 004/2025

(PROCESSO Nº 63109.000173/2025-04)

I – DO OBJETO

O objeto deste Edital é o credenciamento de Organizações de Saúde Extra-Marinha (OSE) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) para a prestação de serviços de assistência Médico-Hospitalar, Pré-Hospitalar, Ambulatorial, Laboratorial, Odontológica, Reabilitação, Atendimento de Emergência/Urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias, Remoção Pré-Hospitalar e Inter-Hospitalar, Assistência Domiciliar e Cooperativa Médica aos beneficiários do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), usuários Sistema de Saúde Marinha e seus dependentes, conforme disposição legal, nos municípios de Tocantins em consonância com o preconizado no art. 74 da Lei nº 14.133/2021 e na Decisão n° 656/1995 – Plenário TCU.

II – DA JUSTIFICATIVA:

Inicialmente, cabe destacar que a Capitania Fluvial do Araguaia Tocantins (CFAT), Órgão Técnico de Execução (OTE), diretamente subordinado ao Comando do Sétimo Distrito Naval em Brasília (Com7DN), além de executar as atividades inerentes a sua missão Institucional é responsável pela execução das atividades atinentes ao Subsistema Assistencial aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), especificamente no que se refere à prestação de Assistência Médica Hospitalar (AMH) para prevenção e promoção da saúde e atenção básica, em sua área de abrangência e sendo-lhe atribuídas as seguintes tarefas:

I - prestar assistência médico-odontológica aos usuários do SSM e, por meio de credenciamento aos usuários residentes nos municípios de Palmas-TO e municípios vizinhos, Imperatriz – MA e São Felix do Araguaia-MT;

II - participar de planos e programas específicos de saúde, em atendimento a situações especiais;

III - realizar inspeções de saúde nos militares e seus dependentes e candidatos ao ingresso na Marinha, e

IV- atuar como Organização Militar de Apoio e Contato (OMAC) para atender os militares inativos, dependentes e pensionistas, residentes ou em trânsito na sua área de abrangência.

Vale ressaltar ainda, executa uma parcela do Subsistema Médico-Pericial, adotando as medidas necessárias para atender as necessidades de saúde da Família Naval, domiciliados em sua área de abrangência, e, diante da impossibilidade do cumprimento em suas próprias instalações e com os seus próprios recursos materiais e profissionais, necessita do apoio de entidades credenciadas, pessoas jurídicas e físicas, Extra-Marinha, legal e regularmente habilitadas para a prestação dos diversos serviços de saúde, não prestados diretamente aos usuários do SSM nas dependências da CFAT, seja em função da estrutura física e de pessoal ou em função da extensa área de abrangência sob sua jurisdição.

Destaca-se, ainda, o crescente aumento no número de usuários do SSM na área de abrangência da CFAT, mormente com uma faixa etária mais elevada, o que pode ser creditado à busca por condições melhores de vida, associada a uma densidade populacional inferior ao das grandes cidades brasileiras, com a decorrente atenuação dos problemas presentes nos grandes centros urbanos. Os municípios do Estado do Tocantins, em especial a Capital Palmas, possuem fortes atrativos àqueles militares que chegam ao final da carreira e decidem fixar residência nessas localidades, o que acarreta um aumento na procura por serviços de saúde e, consequentemente, os custos dos atendimentos.

Nesse contexto de aumento crescente da demanda de atendimento nas diversas especialidades, a CFAT não consegue acompanhar e prover todos os profissionais de saúde necessários para um atendimento de excelência, devido conter dentro de sua tabela de lotação apenas um (1) Oficial Médico Clínico, um (1) Oficial Cirurgião Dentista e dois (2) Praças (Sargentos) Enfermeiros, sendo necessário recorrer a imperiosa necessidade de formalização de credenciamentos, o que possibilita o atendimento das demandas existentes, tanto de especialidades não disponíveis, quanto daquelas em que o número de profissionais não seja suficiente para fazer frente ao atendimento da demanda. A CFAT, dispõe aproximadamente de 200 (duzentos) usuários do Sistemas de Saúde que carecem de tratamentos profiláticos, ambulatoriais e de emergência nas diversas áreas de saúde, notadamente na medicina e nos meios auxiliares de diagnósticos e de tratamento.

Outro aspecto relevante diz respeito à economicidade, uma vez que a impossibilidade no atendimento de algumas demandas de saúde obriga a CFAT a valer-se da cadeia de evacuação para o atendimento destas necessidades em outras unidades de saúde da Marinha mais próximas, em especial, o Hospital Naval de Brasília, no Distrito Federal (855 km de distância), ao peso de altos gastos com a locomoção do usuário e, muitas vezes, de acompanhantes.

Cabe destacar, ainda, que a inexistência de Organizações de Saúde Extra-Marinha (OSE) Credenciadas, culminaria, ante a uma possível deficiência da Rede Pública de Saúde, na contratação dos serviços em Hospitais Particulares não Credenciados, ficando a CFAT na situação de acatar os preços elevados e condições praticadas pelas instituições privadas de saúde.

III – DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Como é de conhecimento, a regra geral para a Administração Pública contratar serviços, realizar compras, obras e alienações é a de que tais contratos sejam precedidos de procedimento licitatório, conforme constante no o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, *in verbis*:

> ***"Art. 37.*** *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
>
> *XXI -* ***ressalvados os casos especificados na legislação****, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações"* (grifo nosso)

A obrigatoriedade da realização de procedimento licitatório, ressalvados os casos especificados na legislação, visa a garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, mas, também, a assegurar o fiel cumprimento do Princípio Constitucional da Isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Em consonância com a exceção expressamente tipificada no texto constitucional, "*ressalvados os casos especificados na legislação*", a Lei ordinária nº 14.133/2021 fixou hipóteses

de exceções à regra de licitar, mais especificamente em seu artigo 74, que trata sobre os casos de inexigibilidade de licitação.

Especificamente em relação às hipóteses de inexigibilidade de licitação, o art. 74, ao determinar que "***É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial nos casos de:",*** não elencou um rol de circunstâncias taxativas, mas ao contrário, exemplificativas, uma vez que as cita como "em especial nos casos de", até mesmo porque a interpretação da expressão "inviabilidade de competição" é ampla, sendo difícil elencar e relacionar todas as hipóteses.

O conceito de inviabilidade de competição é dúplice. Ou temos uma inviabilidade fática quando só existe um único fabricante de determinado produto. Ou temos uma inviabilidade jurídica quando até existe mais de uma opção de produto ou serviço para contratação, mas de forma comprovada apenas uma delas atende plenamente as necessidades da Administração Pública.

Nesta linha de raciocínio, a Inexigibilidade de Licitação (decorrente de inviabilidade fática ou jurídica) nas palavras de Marçal Justen Filho, é uma *"imposição da realidade extranormativa*". Desta forma a boa doutrina entende que o rol dos incisos do artigo 74 da Lei nº 14.133 é meramente exemplificativo e não um rol taxativo. Isso porque é impossível prever todos os casos a configurar uma inviabilidade de competição.

Neste contexto, pode-se dizer que a inviabilidade de competição, além da contratação de fornecedor único prevista no inciso I, e, obviamente, além dos casos inseridos nos incisos II e III, **pode se dar por contratação de todos**, ou seja, nesta hipótese, a inviabilidade de competição não está presente porque existe apenas um fornecedor, mas sim, porque existem vários prestadores do serviço e todos serão passíveis de contratação, uma vez que preencham os requisitos administrativos, legais e técnicos relacionados ao objeto.

Nesse sentido, assim se posiciona o doutrinador Jorge Ulisses Jacoby (Coleção de Direito Público. 2008. Pág. 538):

> "*Se a Administração convoca todos os profissionais de determinado setor, dispondo-se a contratar os que tiverem interesse e que satisfaçam os requisitos estabelecidos, ela própria fixando o valor que se dispõe a pagar, os possíveis licitantes não competirão, no estrito sentido da palavra, inviabilizando a competição, uma vez que a todos foi assegurada à contratação*."

Esse método de inexigibilidade para a contratação de todos é o que a doutrina denomina de credenciamento. O Credenciamento, cujo princípio constitucional e administrativo norteador é o da isonomia, se justifica nas hipóteses em que o interesse público não pode ser atendido através da

contratação de apenas uma pessoa ou, em outras palavras, nos casos em que a obtenção de uma proposta mais vantajosa não for suficiente para atender ao objetivo da Administração Pública.

Dessa forma, a inviabilidade ressalta-se, sobretudo, pelo fato de, em nome do interesse público, existir a necessidade de obter diversas propostas vantajosas.

O sistema do credenciamento traz algumas praticidades à Administração Pública, pois, evidentemente, desburocratiza suas ações com a diminuição do número de procedimentos licitatórios e melhor aproveita os recursos públicos, vez que o preço a ser pago pela prestação do serviço estará previamente definido no próprio ato de chamamento dos interessados, conforme leciona, inclusive, a professora Sônia Y. K. Tanaka (*Sistema de credenciamento.* 2003, Pág. 336):

> *"a vantagem do referido sistema é justamente essa: após a avaliação de toda a documentação encaminhada pelos interessados, estes restarão credenciados junto à Administração Pública, que poderá, a qualquer momento e independentemente de qualquer outro procedimento, contratá-los para a prestação dos serviços que se fizerem necessários, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório, inclusive o preço."*

O próprio Tribunal de Contas da União vem aceitando perfeitamente a adoção de tal mecanismo para a contratação de diversos serviços, conforme, inclusive, consta no relatório do já citado processo 016.171/94 – TCU.

> *"o sistema de credenciamento, quando realizado com a devida cautela, assegurado tratamento isonômico aos interessados na prestação dos serviços, e negociando-se as condições de atendimento, obtém melhor qualidade dos serviços, além do menor preço".*

No que tange a área da saúde, o Tribunal de Contas da União já se manifestou pela possibilidade de contratação de serviços médico-assistenciais por meio de credenciamento, visando à suplementação dos serviços ofertados pela Administração Pública.

A própria Diretoria de Saúde da Marinha (DSM), em parecer de 16 de maio de 1997, propôs a adoção do Sistema de credenciamento regularmente utilizado pela Previdência Social, pelas Procuradorias Regionais do Trabalho e Procuradoria-Geral da República, em conformidade com a Decisão TC – 018.257/95-0, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Nesse mesmo diapasão, a Diretoria de Administração da Marinha (DAdM), em seu Ofício nº 0280, de 10 de junho de 1997, participou que o TCU se posicionou favoravelmente ao Sistema

de credenciamento, inclusive o adotando para atendimento de seus servidores, assim como a Secretaria de Auditoria e Inspeções do Ministério da Fazenda (SAUDI);

Insta mencionar que o sistema de credenciamento, quando realizado com a devida prudência, assegura tratamento isonômico aos interessados na prestação dos serviços e obtém melhor qualidade dos serviços, além do menor preço, conforme já se posicionou o TCU no Processo nº TC-016.171/94-2, Decisão nº 656/1995 – Plenário, Acórdão nº 63/1996 – Plenário, Decisão nº 104/1995 – Plenário, Processo nº TC-016.522/95-8, Decisão 340/97 – Plenário, Decisão 301/98 - Plenário - Ata 18/98 e Acórdão nº 351/2010-Plenário.

Releva-se destacar, ainda, que o Termo de Credenciamento em espeque foi elaborado com base no modelo de credenciamento adotado pelo Exército Brasileiro e que o sistema de credenciamento a ser implantado pela Capitania Fluvial do Araguaia Tocantins observará, além dos demais princípios atinentes à Administração Pública, os princípios básicos inerentes ao caso em comento, vale dizer:

I) Publicidade – divulgação por meio da publicação em Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação local, a fim de que os interessados possam efetivamente tomar conhecimento do sistema;

II) Qualificação – estabelecimento de critérios objetivos de qualificação, não se podendo credenciar os interessados por uma avaliação meramente subjetiva da autoridade administrativa;

III) Amplitude – Obrigatoriedade de credenciar todos os interessados que atendam as condições do chamamento, garantindo acesso permanente de todos os interessados ao credenciamento para a prestação de serviços de assistência domiciliar, tendo em vista que o fundamento do credenciamento é a inexigibilidade para a contratação de todos que cumpram os requisitos;

IV) Igualdade – Todos as credenciadas serão regidas pelas mesmas regras, obtendo tratamento isonômico, com as mesmas remunerações e em igualdade de condições; e

V) Vigência - Não há data específica de encerramento para o credenciamento. O credenciamento permanecerá aberto, para que o particular, a qualquer tempo, possa solicitar o credenciamento e apresentar a documentação necessária, enquanto a Administração mantiver interesse na contratação do serviço;

Destarte, pela grande área de abrangência coberta por esta Capitania Fluvial, que tem, atualmente, sob sua área de responsabilidade, o município de Tocantins, o credenciamento propiciará uma cobertura completa, maior rapidez de atendimento e justa remuneração, em estrita observância aos ditames reguladores do instituto do credenciamento, atendendo, dessa forma, às necessidades dos usuários do Serviço de Saúde da Marinha (SSM) domiciliados na área de abrangência da Capitania Fluvial d Araguaia Tocantins, em busca do maior número de credenciadas, o que irá propiciar uma melhor assistência aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM).

IV – DA FONTE DE RECURSOS:

Os recursos destinados a amparar as despesas decorrentes dos serviços realizados com base nos credenciamentos oriundos deste processo, em consonância com o Mapa Comparativo de Preços, e a depender, ainda, da quantidade de usuários com necessidade de Assistência Domiciliar, com suas respectivas especificidades, correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:	765706
Fonte:	0100000000
Programa de Trabalho:	093548
Elemento de Despesa:	339039
PI:	H2540100240

V - DO VALOR ESTIMADO:

O custo global anual de despesas de credenciamento é estimado em R$ 1.376.754,00 (um milhão trezentos setenta seis mil setecentos cinquenta quatro reais).

VI – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Este credenciamento terá sua vigência por prazo indeterminado a contar da data da sua publicação, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, conforme disposto no inciso I do art. 79 da Lei 14.133/2021.

O credenciamento será formalizado por intermédio de instrumento contratual, presentes as cláusulas obrigatórias estabelecidas pelos Arts. 92, 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

===

VII – DAS ACÕES COMPLEMENTARES

Submeto o presente embasamento à decisão do Sr. Capitão dos Portos do Araguaia-Tocantins, conforme prevê o inciso VIII do artigo 72 da Lei 14.133/2021.

Palmas - TO, na data da assinatura.

gov.br Documento assinado digitalmente
GUILHERME FREITAS SILVA
Data: 21/07/2025 09:58:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

GUILHERME FREITAS SILVA
1º Ten (Rm2-T)
Presidente da Comissão de Credenciamento

RAFAEL TORRES GOMES MONTEIRO:11928324770
Assinado de forma digital por RAFAEL TORRES GOMES MONTEIRO:11928324770
Dados: 2025.07.20 22:49:01 -03'00'

RAFAEL TORRES GOMES MONTEIRO
Capitão-Tenente (IM)
Encarregado da Divisão de Apoio

= =

I - DECISÃO

1. Considerar inexigível a licitação, com base nos arts. 72 e 74 da Lei nº 14.133/2021, para a prestação de assistência Médico-Hospitalar, Pré-Hospitalar, Ambulatorial, Laboratorial, Odontológica, Reabilitação, Atendimento de Emergência/Urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias, Remoção Pré-Hospitalar e Inter-Hospitalar e Assistência Domiciliar aos beneficiários do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), usuários Sistema de Saúde Marinha e seus dependentes, domiciliados na área de abrangência da Capitania Fluvial do Araguaia Tocantins.

2. Aprovo o enquadramento legal de Inexigibilidade de Licitação.

3. Publica-se o extrato da presente justificativa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo estipulado em lei, contando do ato de ratificação.

Palmas, TO, na data da assinatura.

GUILHERME OLIVEIRA CHAGAS:77759427549

Assinado de forma digital por GUILHERME OLIVEIRA CHAGAS:77759427549
Dados: 2025.07.22 11:32:30 -03'00'

GUILHERME OLIVEIRA CHAGAS
Capitão de Fragata
Capitão dos Portos
Ordenador de Despesa